

Avaliação Externa das Escolas

Relatório de escola

Agrupamento de Escolas da Trafaria

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da IGE

Datas da visita: 24 a 26 de Novembro de 2008

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas da Trafaria** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **24 e 26 de Novembro de 2008**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em:
www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas da Trafaria, criado em 2000/01, integrado no Programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), situa-se na Freguesia da Trafaria, concelho de Almada, distrito de Setúbal. É constituído por 4 Escolas Básicas do 1.º Ciclo (EB1) sendo 2 com Jardim-de-Infância (JI), todas a funcionar em regime normal e 1 Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos (escola sede). As 4 EB1 funcionam em edifícios de tipologia variada e a escola sede, com 35 anos de existência, é composta por pavilhões e dispõe ainda de pavilhão gimnodesportivo e de campos exteriores para a prática desportiva. O seu estado de conservação é razoável, em resultado de um trabalho continuado de manutenção.

É uma freguesia com uma população heterogénea e tendencialmente envelhecida, na grande maioria de fraco nível económico e cultural, em que predominam núcleos familiares pouco estruturados. A oferta formativa procura dar resposta a uma população discente representativa de diferentes línguas, estratos sociais e culturais, integrando alunos oriundos de 9 nacionalidades, onde as dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) têm uma expressão de 9,8%. O Agrupamento é frequentado por 652 alunos, distribuídos por 2 grupos da Educação Pré-Escolar, 23 turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), 6 turmas do 2.º CEB, 6 turmas do 3.º CEB e 1 turma de Percurso Curricular Alternativo. O número de alunos que beneficia de auxílios económicos, no âmbito da Acção Social Escolar, é de 262 no escalão A (43,5%), 85 no escalão B (14%) e 20 no escalão C (3,3%). Quanto às habilitações académicas dos encarregados de educação, verifica-se que 41,8% possuem o Ensino Básico, 7,9%, o Ensino Secundário e apenas 0,76%, habilitações académicas de nível superior. As suas categorias socioprofissionais situam-se sobretudo no sector terciário, com alguma expressão também no sector secundário.

O corpo docente é constituído por 64 docentes, dos quais 57,8% pertencem ao Quadro de Escola, 25% ao Quadro de Zona Pedagógica e 17,1% são contratados. Existem também 3 animadores socioculturais. Do total de docentes, 31,3% têm mais de 50 anos e 45,3% estão no Agrupamento há 5 ou mais anos. Existem ainda 7 funcionários dos Serviços de Administração Escolar, 4 cozinheiras, 20 auxiliares da acção educativa, sendo 10 do Quadro, e 1 guarda-nocturno. Do total do pessoal não docente, 59,4% têm mais de 50 anos.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

SUFICIENTE

O Agrupamento recolhe, trata e analisa os dados relativos aos resultados académicos dos seus alunos. Estes resultados registaram, nos 3 ciclos, valores baixos que se situaram sempre muito aquém das médias nacionais. Nas Provas de Aferição dos 4.º e 6.º anos, em Língua Portuguesa e Matemática, as classificações iguais ou superiores a Satisfaz situaram-se também bastante abaixo das médias nacionais. Nos Exames Nacionais do 9.º ano, de Língua Portuguesa e Matemática, as médias obtidas pelos alunos estiveram ligeiramente abaixo das nacionais, sendo excepção o ano de 2007 para a primeira e 2008 para a segunda, em que as médias foram igualadas. A taxa de abandono, que registava valores elevados no 3.º CEB, foi controlada em 2007/08.

No início de cada ano, os alunos são recebidos pelos professores/directores de turma, sendo dadas a conhecer as regras de funcionamento do Agrupamento. A consulta dos documentos estruturantes é acessível a todos, embora os alunos não tenham sido envolvidos na sua elaboração. Existe um bom ambiente educativo, alicerçado em relações de confiança e amizade entre todos os elementos da comunidade escolar.

Ao longo do triénio 2005/08, verificou-se uma evolução positiva no comportamento dos alunos e na gravidade das situações ocorridas. Alguma indisciplina, que ainda se verifica, está relacionada com o meio e com as vivências, existindo já estratégias de intervenção no sentido de ultrapassar a situação.

A heterogeneidade do meio sociocultural onde o Agrupamento está inserido leva a que as aprendizagens escolares não sejam valorizadas de igual forma. Os Órgãos de Gestão, embora cientes disso, têm tido dificuldades na implementação de estratégias para alterar a forma de ver a escola. Contudo, são já relevantes as iniciativas ligadas ao campo das artes (Música e Teatro).

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

SUFICIENTE

A planificação das actividades lectivas, a longo e médio prazo, é feita ao nível dos conselhos de ano no 1.º CEB e Educação Pré-Escolar e dos departamentos nos 2.º e 3.º CEB. Existem práticas de articulação interdisciplinar e de gestão vertical dos conteúdos, em alguns departamentos disciplinares, sendo também evidentes práticas de articulação interdepartamental. A articulação vertical ao nível da gestão curricular entre os 1.º e 2.º CEB é frágil, o que dificulta a sequencialidade das aprendizagens. O planeamento de curto prazo é feito por cada docente de acordo com as características do grupo/turma, sendo usual, alguns docentes realizarem esse trabalho em conjunto. O acompanhamento e a supervisão da prática lectiva dos docentes, não passam ainda pela observação de aulas, realizando-se de forma indirecta através do trabalho desenvolvido nas reuniões.

Frequentam o Agrupamento 12 alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, para os quais foram elaborados os respectivos Relatório Técnico-Pedagógico e Programa Educativo Individual. Nos últimos anos, o sucesso destes alunos tem sido pleno, sendo os Programas Educativos Individuais reformulados no respeito pelo ritmo de aprendizagem de cada um. Beneficiam também de apoio educativo 59 alunos do 1.º CEB e 17 dos 2.º e 3.º CEB, com dificuldades de aprendizagem de carácter transitório, revelando estes últimos apoios, uma eficácia reduzida.

As actividades curriculares e de enriquecimento curricular desenvolvidas, em particular na área artística, visam combater a baixa auto-estima dos alunos, valorizando as suas aprendizagens.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

SUFICIENTE

O actual Projecto Educativo referencia as áreas críticas do Agrupamento, nomeadamente o insucesso escolar, e define as acções a desenvolver para as melhorar. O Projecto Curricular de Agrupamento e o Plano Anual de Actividades, onde constam alguns aspectos da planificação do ano lectivo e as actividades propostas pelos diversos intervenientes da comunidade educativa, não se apresentam totalmente articulados com o Projecto Educativo.

A distribuição de serviço docente tem em conta, sempre que possível, a continuidade pedagógica. É prática do Agrupamento fazer a recepção aos novos docentes, bem como o apoio aos que possam apresentar dificuldades no seu desempenho. Na distribuição de serviço do pessoal não docente são tidas em conta as aptidões de cada um. O plano de formação não inclui estes profissionais.

Das 4 EB1, 2 encontram-se num estado razoável de conservação, apresentando as outras 2, sinais evidentes de degradação. Só nas 2 EB1 que dispõem de Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos é facilitado o acesso aos alunos a equipamento informático. Em todas estas escolas, o material para a prática do ensino experimental é escasso, condicionando o desenvolvimento do espírito científico. A escola sede dispõe de material específico para o ensino experimental, apresentando, contudo, condições estruturais deficitárias. A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos encontra-se bem apetrechada e é um espaço educativo por excelência. O Agrupamento tem uma capacidade reduzida de gerar receitas próprias motivada, em parte, pelo fraco tecido empresarial do meio envolvente.

O nível de participação dos encarregados de educação situa-se, na generalidade, abaixo do desejado, apesar das iniciativas do Agrupamento, no sentido de contrariar esta realidade. Dos outros elementos da comunidade destacam-se a Junta de Freguesia e o Centro de Saúde da Trafaria.

Os princípios de equidade e justiça norteiam a acção dos responsáveis, o que transparece nos documentos estruturantes do Agrupamento e nas acções implementadas em várias áreas, em particular nas estratégias de inclusão socioescolar de todos os alunos.

4. LIDERANÇA

BOM

Os Órgãos de Gestão identificaram os problemas mais pertinentes do Agrupamento, e estabeleceram planos de acção, no sentido de os solucionar, mas a sua implementação tem sido difícil, com efeitos ainda pouco visíveis. A oferta educativa apesar de ter em conta as preferências dos alunos e respectivos encarregados de educação, está aquém das suas reais necessidades. O Agrupamento é reconhecido pelo empenho e profissionalismo de todos os profissionais e pela cultura de proximidade que promove com os alunos.

Todos os responsáveis pela gestão do Agrupamento (de topo e intermédia) conhecem as suas áreas de acção e revelam disponibilidade, empenho e motivação para participarem nas tarefas e projectos em desenvolvimento. Há articulação entre os órgãos e os vários responsáveis são incentivados a tomar decisões e a responsabilizar-se por elas.

Atento e conhecedor das características do meio envolvente e da comunidade que serve, o Órgão de Gestão tem implementado algumas acções inovadoras, com vista a uma resposta adequada aos mesmos.

Todas as parcerias estabelecidas e os projectos desenvolvidos visam uma melhor implementação do Projecto Educativo e das acções preconizadas neste.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

SUFICIENTE

Não está ainda instituída, no Agrupamento, uma prática generalizada de auto-avaliação com procedimentos coerentes. Existem, apenas, práticas de reflexão e auto questionamento, em algumas áreas, mas com uma dinâmica avaliativa ainda muito precária. Os resultados de alguns procedimentos de avaliação interna de anos anteriores não foram suficientemente divulgados e, por isso, não tiveram o impacto desejável. Só no presente ano lectivo foi criada uma equipa de auto-avaliação, mas que ainda não iniciou verdadeiramente o processo.

Os profissionais do Agrupamento conhecem os pontos fortes deste, mas não são evidentes estratégias de consolidação dos mesmos. Identificam também os seus pontos fracos, estabelecendo na teoria estratégias de melhoria mas cujos efeitos práticos não são ainda evidentes. Têm identificado e aproveitado algumas das oportunidades que se lhe apresentam, bem como alguns constrangimentos, embora não sejam evidentes estratégias de superação destes.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O Agrupamento procede à recolha sistemática dos resultados académicos dos seus alunos, à excepção dos da Educação Pré-Escolar (EPE). Esta informação é analisada e reflectida nos órgãos de gestão (OG) e nas estruturas de coordenação educativa.

A análise dos resultados disponibilizados pelo Agrupamento, referentes ao triénio 2005/08, mostra que, no 1.º CEB, a taxa de sucesso decaiu de 2005/06 para 2006/07, voltando a subir ligeiramente em

2007/08 (95,2%; 90,2%; 92,2). Estes valores, situaram-se sempre abaixo da média nacional (95,3%, 95,8% e 96,1%). O ano de escolaridade com valores mais baixos de sucesso foi o 2.º com taxas de 82%, 81% e 85,5%. Nas Provas de Aferição de Língua Portuguesa e de Matemática do 4.º ano, em 2008, os resultados obtidos situaram-se, em ambos os casos, significativamente abaixo da média nacional. O conjunto das classificações de Satisfaz, Bom e Muito Bom foram de 64,8% e 72,7%, respectivamente, para Língua Portuguesa e Matemática, o que, em comparação com os resultados nacionais, (89,5% e 90,8%) traduz um fraco desempenho. No 2.º CEB, a taxa de sucesso decaiu sempre ao longo do triénio com valores de 78%, 74,5% e 70,1%, situando-se muito abaixo da média nacional (88,6%, 88,8% e 91,6%). A taxa mais baixa registou-se no 5.º ano, em 2007/08 (51,2%). De salientar que no 6.º ano as taxas foram sempre mais elevadas do que no 5.º ano. Também nas Provas de Aferição de Língua Portuguesa e de Matemática do 6.º ano, em 2008, as classificações situaram-se, para as duas disciplinas, bastante abaixo da média nacional. As classificações iguais ou superiores a Satisfaz foram de 75,4% e 43,3%, respectivamente, para Língua Portuguesa e Matemática, valores que, comparados com os resultados a nível nacional, (93,4% e 81,8%) revelam um desempenho muito longe do desejável. No 3.º CEB, registaram-se ao longo do triénio, taxas de sucesso de 60%, 64,3% e 61,4%, situando-se estas, à semelhança do 2.º CEB, muito abaixo da média nacional (79,5%, 80,1% e 85,3%). Os valores de sucesso mais baixos registaram-se no 9.º ano, em 2005/06, (48%) e no 7.º ano, em 2007/08, (57,1%). Nos Exames Nacionais do 9.º ano, de 2006 e 2007, as médias em Língua Portuguesa obtidas pelos alunos do Agrupamento estiveram ligeiramente abaixo das médias a nível nacional, respectivamente, em 0,6 e 0,3. Já em 2008, a média obtida pelos alunos do Agrupamento igualou a média nacional. Na disciplina de Matemática, as médias do Agrupamento situaram-se abaixo das médias nacionais em 0,5 e 0,4, respectivamente, em 2006 e 2008. Em 2007, a média foi igual à média nacional.

Ao longo do triénio, as disciplinas com maiores taxas de insucesso, embora por vezes com oscilações significativas de ano para ano, foram Língua Portuguesa (2005/06 - 9.º ano - 60,8%), Inglês (2005/06 - 9.º ano - 56,5%), História (2007/08 - 5.º ano - 51,28), Matemática (2005/06 - 9.º ano - 65%), Ciências da Natureza (2006/07 - 7.º ano - 49,1 %) e Ciências Físico-Químicas (2007/08 - 7.º ano - 55,5%).

Há, da parte dos órgãos de gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, consciência dos baixos resultados académicos, levando à definição de estratégias para combater esta situação, como o Plano de Acção da Matemática (PAM) e o Plano Nacional de Leitura (PNL), entre outras.

A taxa de abandono, em todos os anos de escolaridade do 3.º CEB, regista valores elevados nos primeiros dois anos do triénio. Em 2007/08 essa taxa foi devidamente controlada.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

No início do ano lectivo, os alunos da escola sede e os respectivos encarregados de educação (EE), são acolhidos pelos directores de turma (DT), sendo efectuada uma visita à escola, entregue um extracto do estatuto do aluno e dadas a conhecer as regras de funcionamento. Nos JI e nas EB1, a recepção aos alunos e EE é feita em conjunto, envolvendo a respectiva educadora/professora titular, sendo dados a conhecer o funcionamento de cada escola e os projectos a desenvolver ao longo do ano lectivo. Os documentos estruturantes do Agrupamento são disponibilizados na Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos (BE/CRE) e nos serviços de Administração Escolar. Estarão ainda disponíveis em breve, na página do Agrupamento. Não existem evidências de alguma participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente no Projecto Educativo (PE).

O Conselho Executivo (CE) promove reuniões com alunos e EE, sempre que é preciso resolver algum problema detectado, ou prevenir a ocorrência de outros. Os alunos sentem-se bem nas escolas, considerando-as seguras e calmas, sublinhando a relação de confiança e amizade que têm com professores e funcionários, a sua disponibilidade e apoio e o ambiente familiar que se vive. De referir, a existência de uma carta ética para todos os profissionais a exercer funções no Agrupamento.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

No último triénio, tem vindo a verificar-se uma evolução positiva no comportamento dos alunos e na gravidade das situações ocorridas, em todos os ciclos, à excepção do 2.º CEB. Em 2004/05, registaram-se 102 faltas disciplinares no 2.º CEB (51 no 5.º ano) e 162 no 3.º CEB e em 2007/08, 1107 faltas disciplinares no 2.º CEB (1028 no 5.º ano) e 102 no 3.º CEB. Algumas destas faltas disciplinares, resultaram de situações de reincidência e originaram, pela sua gravidade, um cumulativo acentuado de sanções disciplinares de dias de suspensão. São ainda aplicadas com frequência, medidas disciplinares de carácter preventivo. A indisciplina que ainda se verifica, sobretudo ao nível do 5.º ano, prende-se com o meio e com as vivências dos alunos, embora actualmente tenha menor expressão na realidade do Agrupamento. As estratégias de intervenção passam pelo encaminhamento dos alunos com problemas de comportamento para a sala de estudo e a colaboração de um psicólogo criminal, que desenvolve actividades como “conversas na turma” e artes marciais, com o objectivo de incutir regras e incentivar ao autocontrolo. O Conselho Executivo (CE) promove ainda reuniões para analisar as situações de indisciplina e procurar estratégias de melhoria, envolvendo os alunos, os EE e o conselho de turma. Foram ainda criadas tutorias para acompanhar alunos mais problemáticos. A promoção da participação dos alunos em projectos, como os clubes de teatro e de música, representa uma estratégia preventiva.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A heterogeneidade do meio sociocultural onde o Agrupamento está inserido leva a que as aprendizagens escolares não sejam valorizadas de igual forma, tanto no que respeita aos alunos como às respectivas famílias. Assim, se a maioria dos alunos e EE valoriza as aprendizagens realizadas e possui planos relativamente ao futuro académico antevendo já um percurso profissional, outros possuem expectativas muito baixas em relação ao papel da escola na sua vida futura, revelando-se desinteressados, comportamento que se repercute no sucesso e, em muitos casos, leva ao abandono escolar. Os OG, e de uma forma geral todo o corpo docente, revelam conhecer muito bem as características do contexto, mas têm tido alguma dificuldade em implementar estratégias tendentes a aumentar as expectativas desses alunos e famílias, pois o seu trabalho é dificultado quer pela falta de acompanhamento familiar que alguns alunos revelam, quer pelo facto de haver desconfiança de alguns EE em aceitar certas iniciativas, como por exemplo a existência na Escola de percursos escolares diferentes do ensino regular. No entanto, e após uma experiência menos feliz no âmbito do Programa Integrado de Educação e Formação, o Agrupamento já tem a funcionar uma turma de Percurso Curricular Alternativo (PCA), no 5.º ano, está a desenvolver um trabalho relevante no campo das artes (música e teatro) e criou cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) para a população.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

O trabalho de planificação a longo e médio prazos é desenvolvido ao nível dos conselhos de ano, no 1.º CEB e EPE, e dos departamentos, nos 2.º e 3.º CEB. Em alguns destes últimos, verificam-se práticas comuns de articulação horizontal e vertical dos conteúdos, nomeadamente nos de Matemática e de Língua Portuguesa. A definição de competências por ano de escolaridade, a elaboração de fichas de avaliação diagnóstica e formativa, bem como a aferição de critérios de correcção, são exemplos de práticas conjuntas levadas a cabo pelos Departamentos de Matemática e de Língua Portuguesa e ainda de Ciências Sociais e Humanas. No 1.º CEB, a articulação horizontal e vertical, faz-se nos conselhos de docentes (reunindo as EB1, duas a duas) e nos conselhos de ano. Nos 2.º e 3.º CEB, existem também práticas de articulação interdepartamental desenvolvidas em diversos níveis, nomeadamente na planificação de actividades, como, o Dia da Alimentação e a Gincana da Matemática, envolvendo os Departamentos de EPE, 1.º CEB, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Físico-Naturais. A articulação interdisciplinar é consubstanciada na planificação de actividades conjuntas de que é exemplo, a construção de jogos, no âmbito do campeonato nacional de jogos de Matemática. A articulação entre os docentes nos diferentes ciclos, tem por base o Projecto Curricular de Turma (PCT).

A articulação vertical ao nível da gestão curricular entre os 1.º e 2.º CEB é frágil, dificultando a sequencialidade das aprendizagens entre estes dois ciclos. Apenas em reunião no início de cada ano entre o CE, professores titulares do 1.º CEB e DT é transmitida alguma informação sobre aspectos comportamentais dos alunos e aquisição de competências. Contudo, existe uma efectiva articulação entre os professores titulares e os docentes das actividades de enriquecimento curricular (AEC), estando estes sempre presentes nas reuniões de conselhos de ano e de docentes.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

O planeamento de curto prazo é feito por cada docente de acordo com as características do grupo/turma, sempre integrado no plano de gestão curricular do respectivo departamento/conselho de docentes/conselhos de ano e do conselho de turma. No entanto, é usual, em todos os níveis de ensino e por escola, haver docentes que planificam em conjunto, trabalhando em estreita colaboração, no sentido de uma melhor gestão do currículo. Não é ainda feito um trabalho de acompanhamento e supervisão interna da prática lectiva dos educadores/professores que passe pela observação de aulas e que possa oferecer mais garantias da qualidade do desempenho profissional dos mesmos. Contudo, nas reuniões de conselho de docentes/conselhos de ano e de departamento/grupo curricular, é usual os docentes fazerem um balanço das actividades desenvolvidas, sobretudo em termos do cumprimento dos conteúdos programáticos, reflectirem sobre os resultados académicos, definirem estratégias e metodologias de actuação conjuntas, aferirem critérios de avaliação, elaborarem fichas de trabalho e testes e trocarem experiências e materiais didácticos.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

No presente ano lectivo, frequentam o Agrupamento 12 alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente, sendo 2 da EPE, 8 do 1.º CEB e 2 do 2.º CEB. O Agrupamento dispõe de 2 professoras de Educação Especial, que dão resposta em termos de integração e apoios. Após sinalização pelo professor/DT em ficha de referenciação própria, os alunos são avaliados pelas docentes e é decidido se se enquadram no âmbito da Educação Especial. Por uma questão de rigor, também todos os alunos transferidos para o Agrupamento com a indicação de NEE são reavaliados pela equipa. Neste momento todos os alunos nestas condições possuem avaliação por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, e têm elaborado os respectivos Relatório Técnico-Pedagógico e Programa Educativo Individual (PEI). Nos últimos anos, o sucesso destes alunos tem sido pleno, sendo os PEI reformulados, no respeito pelo ritmo de cada um, em termos das aquisições que consegue fazer.

No 1.º CEB usufruem de apoio educativo 59 alunos distribuídos por todos os anos de escolaridade. Estes são apoiados por 2 professoras colocadas para o efeito, pelo facto do Agrupamento integrar um TEIP e por duas professoras coordenadoras de estabelecimento sem turma. No final de cada período é feito um relatório para cada aluno com o registo dos progressos. No 2.º CEB beneficiam de apoio pedagógico 10 alunos e no 3.º CEB, 7. Em 2007/08, a taxa de sucesso destes alunos a nível do 2.º CEB foi de 68,6% a Língua Portuguesa e 40% a Matemática, e no 3.º CEB de 32,7% e 22,2%, nas mesmas disciplinas, valores que traduzem uma eficácia reduzida. No âmbito do PAM, funcionam mini-cursos envolvendo 45 alunos do 2.º CEB e 58 do 3.º CEB.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A oferta formativa proporcionada está aquém das necessidades da população passando, além do ensino regular, por um PCA de 5.º ano e por cursos EFA de nível básico, a aguardar autorização de funcionamento. Esta oferta é condicionada pela desconfiança dos pais e encarregados de educação relativamente a percursos curriculares alternativos, o que leva a que o número de alunos seja insuficiente para formar turmas, e ainda pela necessária articulação com a oferta das escolas básicas e profissionais da região, para onde os alunos são habitualmente encaminhados, sendo a divulgação desta oferta feita no âmbito da Formação Cívica.

As actividades de enriquecimento curricular oferecidas no 1.º CEB são Educação Musical, Inglês e Actividade Física e Desportiva, tendo, sobretudo, um carácter lúdico, com o objectivo de motivar e

envolver mais os alunos e com isso prevenir situações de indisciplina. Participam ainda em actividades na BE/CRE, como por exemplo, “ a hora do conto”, no âmbito da Língua Portuguesa.

Na escola sede funcionam clubes e projectos privilegiando, sobretudo, os domínios pedagógico e artístico. São exemplo disto, a gincana da Matemática, a oferta das disciplinas de Música nos 7.º e 8.º anos, de Educação Visual no 9.º ano e dos Clubes de Teatro e de Música. Ao nível dos 2.º e 3.º CEB os docentes desenvolvem práticas experimentais no âmbito do ensino das ciências, promovendo o espírito científico. Contudo, no 1.º CEB, estas práticas não são ainda relevantes. As actividades curriculares e extra-curriculares desenvolvidas, procuram responder a problemas identificados no PE, como dificuldades nas aprendizagens básicas e o fraco domínio da Língua Portuguesa, visando combater a baixa auto-estima dos alunos e valorizar os seus saberes. Para reforçar estes dois últimos objectivos, o Conselho Pedagógico (CP) aprovou, no presente ano lectivo, a criação de um Quadro de Mérito, Valor e Excelência.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O actual Projecto Educativo, elaborado para o triénio 2006/09, resulta de uma primeira versão iniciada em 2004 que foi sendo sujeita a alterações em virtude da entrada do Agrupamento no Programa TEIP, com adendas para os anos 2007/08 e 2008/09. Foi construído por um grupo de elementos do CP depois de consultados os departamentos, alguns pais e o pessoal não docente. Este documento identifica as áreas críticas do Agrupamento, nomeadamente o insucesso escolar e define três grandes campos de actuação: a organização pedagógica, as relações entre a escola e o meio e a organização dos recursos.

Para reduzir o insucesso, foram identificados os problemas, as respectivas causas e os grupos mais afectados, foram definidos os objectivos e as acções a desenvolver, identificados os recursos disponíveis e os necessários, estimados os custos, definidos os intervenientes, feita a calendarização de todo o processo e definidas as formas de avaliação.

O Projecto Curricular de Agrupamento, embora não esteja totalmente articulado com o PE, foca, entre outros aspectos, os critérios de distribuição de actividades e tarefas de natureza pedagógica, os critérios relativos à gestão do tempo escolar e o planeamento e atribuição das áreas transversais. Os PCT, alguns ainda em fase de elaboração, envolvem os professores/conselhos de turma, contando também por vezes, com a colaboração dos representantes dos EE e dos alunos da turma.

O Plano Anual de Actividades (PAA) inclui propostas dos diversos intervenientes da comunidade educativa, com indicação dos objectivos, recursos, intervenientes e calendarização. No entanto, não é claro o enquadramento de certas actividades no âmbito do preconizado no PE.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A distribuição de serviço docente, feita pelo CE, tem em conta, sempre que possível, a continuidade pedagógica, com vista a um desempenho adequado às características das turmas. Esta preocupação associada ao perfil de cada um, está também presente na atribuição do cargo de DT e na conjugação dos pares pedagógicos. A recepção aos novos docentes, bem como o apoio aos que possam apresentar dificuldades no seu desempenho, são assegurados pelo CE, pelos respectivos coordenadores de departamento/coordenadores de estabelecimento e por outros docentes do Agrupamento. A distribuição de serviço do pessoal não docente, procura ter em conta as aptidões de cada um, e nela participam a responsável pelos auxiliares de acção educativa (AAE), a Chefe dos Serviços de Administração Escolar e o CE. Na escola sede, o número insuficiente de AAE não permite uma rotatividade de funções, verificando-se, no entanto, haver polivalência para alguns postos de trabalho. Os Serviços de Administração Escolar (SAE) estão organizados por áreas funcionais. Existe um Plano de Formação para o pessoal docente, elaborado com base em necessidades identificadas, o mesmo não acontecendo para o pessoal não docente, onde nem houve lugar a auscultação. Nos anos de 2007 e 2008, até ao momento, foram frequentadas 25 acções, por 37 docentes, e apenas uma acção de formação por uma funcionária (chefe dos serviços Administração Escolar).

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

As 4 EB1, apesar dos muitos anos de construção, apresentam um estado razoável de conservação, à excepção da EB1 de Costas de Cão e da EB1 n.º 2 da Trafaria, esta com substituição prevista para 2009. Dispõem todas de refeitório, à excepção da EB1 de Costas de Cão. O acesso a meios informáticos não é uniforme em todas as EB1, já que só 2 dispõem de computadores na BE/CRE. O material disponível para o ensino experimental é escasso, condicionando o desenvolvimento do espírito científico.

A escola sede dispõe de 2 salas laboratoriais, dotadas de algum material específico, apresentando contudo, condições deficitárias para a prática do ensino experimental. Dispõe ainda de 1 sala para as Tecnologias da Informação e Comunicação bem equipada. A BE/CRE é considerado o melhor espaço da escola sendo por isso muito procurado pelos alunos, encontrando-se bem equipada, ao nível do fundo documental e de equipamento informático e audiovisual. As salas de aula dispõem de ar condicionado. Existem boas condições para a prática da Educação Física.

O Órgão de Gestão pretende proporcionar a todas as escolas iguais recursos materiais, com vista a melhorar a qualidade do ensino. Contudo, as verbas provenientes do orçamento de estado são insuficientes para dar resposta a todas as necessidades, existindo projectos adiados. O seu orçamento de despesa com compensação em receita é condicionado pelas reduzidas fontes de financiamento, registando-se apenas entradas de verbas, como as provenientes da Autarquia, bufete e de candidaturas a projectos nacionais como o PAM.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

O nível de participação dos EE é muito variável, situando-se abaixo do desejado, sobretudo na escola sede e em 2 das EB1. Neste âmbito, e procurando incentivar a sua participação, registam-se actividades nas EB1 como, a dinamização da festa de Natal e a semana cultural, em que os pais são convidados a “leccionar” em sala de aula, conteúdos dentro da sua área de formação/profissão. Na escola sede, a presença em reuniões, registou em 2007/08, médias de 57,7% e de 46,3% no 2.º e no 3.º CEB, respectivamente. Nesta, os EE são convidados a participar, por exemplo, em actividades nas áreas da Informática, da Língua Portuguesa e do Desporto, no âmbito da parceria com o “Programa Escolhas” e do Clube de Música. Os EE são bem recebidos, quer pelo OG, quer pelos DT/professor titular, revelando estes, disponibilidade para o atendimento a horas diferentes das estipuladas. A participação dos EE ao nível dos PCT, resume-se à disponibilização de dados, com vista à caracterização da turma.

Não existe qualquer Associação de Pais, havendo a intenção da sua formação durante este ano lectivo.

A participação de outros elementos da comunidade educativa é pouco expressiva em número, mas bastante colaborante sobretudo no que respeita à Junta de Freguesia e ao Centro de Saúde da Trafaria.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os princípios de equidade e justiça norteiam a acção do OG, o que fica evidenciado, por exemplo, na formação das turmas e na elaboração dos horários. São exemplos disso, o horário de funcionamento das actividades lectivas só até às primeiras horas da tarde, de forma a possibilitar a todos os alunos dos 2.º e 3.º CEB a frequência das actividades de enriquecimento curricular. Esses princípios transparecem ainda no PE e nas acções planeadas, como, a proposta de um “ano zero” para os alunos oriundos dos PALOP, a leccionação, sempre no período da manhã, das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática, no 1.º CEB, a leccionação nos 2.º e 3.º CEB do Estudo Acompanhado por um par pedagógico sendo um docente de Língua Portuguesa e outro de Matemática, a reavaliação de todos os alunos anteriormente sinalizados, com a colaboração activa de todos os intervenientes, com vista a uma correcta integração e os apoios prestados aos alunos que deixaram de estar enquadrados na Educação Especial. A preocupação com a alfabetização dos EE, traduzida na oferta formativa de cursos EFA e a parceria com o Programa Escolhas constituem também evidências dos princípios de equidade e justiça.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

Os Órgãos de Gestão conhecem bem a diversidade sociocultural que caracteriza o Agrupamento e a boa articulação entre todas as suas unidades faz com que a construção de uma identidade comum se encontre quase consolidada. Os problemas mais pertinentes encontram-se perfeitamente identificados no PE, tendo sido definidos e calendarizados objectivos claros e precisos e metas (estas nem sempre quantificáveis). Foram também estabelecidos planos de acção, no sentido de os solucionar. No entanto, na prática, estes planos de acção têm sido de difícil implementação, face às características do meio, e os seus efeitos têm sido, por isso, menores do que seria expectável, facto que poderá condicionar o desenvolvimento do Agrupamento nos próximos anos.

A definição da oferta educativa tem em conta, sobretudo, as preferências dos alunos e respectivos EE, embora esteja ainda aquém das reais necessidades. Os OG têm lutado contra alguns preconceitos do meio em aceitar oferta formativa diferente da regular, atitude que poderá vir a ser alterada a curto prazo, com a aposta nos cursos EFA e com a parceria no âmbito do Programa Escolhas.

O Agrupamento é reconhecido, sobretudo, pelo empenho e profissionalismo dos OG e de todo o pessoal docente e não docente e pela cultura de proximidade que promove com os alunos, proporcionando-lhes atenção, segurança e o bem-estar possível nas condições existentes.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Todos os responsáveis pela gestão do Agrupamento (de topo e intermédia), conhecem as suas áreas de acção e revelam disponibilidade, empenho e motivação para participarem nas tarefas e projectos em desenvolvimento, sendo evidente o sentimento de pertença manifestado pela maioria dos profissionais que aqui desenvolve a sua actividade.

A articulação entre os órgãos é facilitada pelo facto de haver elementos do CE presentes no CP, em alguns departamentos, conselho de DT, conselho de docentes e Conselho Geral Transitório. No entanto, esta presença massiva de elementos do CE nos vários órgãos e estruturas não impede que as lideranças sejam exercidas pelos responsáveis e que os mesmos sejam incentivados a tomar decisões e a responsabilizar-se por elas. É evidente a disponibilidade do CE para o atendimento à comunidade. Tanto o pessoal docente como o não docente é assíduo e pontual. O CE acompanha muito de perto a realidade do Agrupamento, pelo que eventuais “incidentes críticos” são rapidamente tratados e sanados.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

Revelam espírito inovador, algumas das estratégias implementadas como o desdobramento (1 bloco) das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e o proporcionar de ofertas de enriquecimento do currículo como o Clube de Música com a dinamização de uma orquestra da Escola, com grande impacto fora desta, e as actividades desenvolvidas no âmbito do PAM (com participação em intercâmbios escolares), numa clara atitude de valorização das aprendizagens e de construção de uma imagem positiva interna e externa, para o que contribui também, a página Web do Agrupamento. Tendo em conta as características do meio, é extremamente valorizada pela comunidade educativa a boa relação que existe entre todos, a disponibilidade do CE e o clima de abertura e lealdade que se sente. Ao nível organizativo, é de referir a autonomia que os departamentos têm para tomar decisões e a valorização da Educação Pré-Escolar. Ao nível dos SAE constitui prática inovadora, a utilização de programas informáticos, em todas as áreas de funcionamento.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Com vista a uma melhor implementação do PE e das acções preconizadas neste, foram estabelecidas algumas parcerias com entidades como a Misericórdia, o Instituto Nacional de Administração, o Centro de Saúde da Trafaria e o Programa Escolhas, assumindo particular importância, as actividades desenvolvidas por estas duas últimas, pelo que representam como resposta aos problemas detectados.

São exemplo disto, actividades de prevenção e de intervenção junto dos alunos e respectivas famílias em situações na área da saúde pública e individual, como plano de vacinação, saúde oral e conversas informais sobre a maternidade precoce, e ainda o programa de diminuição de erros ortográficos e de métodos de estudo. Ainda no âmbito do Programa Escolhas, regista-se a colaboração de um psicólogo, na orientação vocacional proporcionada a alguns alunos do 9.º ano. Existe uma boa colaboração institucional com a Câmara Municipal de Almada e a Junta de Freguesia da Trafaria, possibilitando vários apoios sobretudo ao nível da EPE e do 1.º CEB. O Agrupamento está envolvido em projectos nacionais como a Rede de Bibliotecas Escolares, os Portáteis, o PAM, o PNL e o Desporto Escolar.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Não está ainda instituída, no Agrupamento, uma prática generalizada de auto-avaliação com procedimentos coerentes, desde a fase da concepção até à definição de planos de acção para a melhoria. Existem apenas procedimentos de reflexão e autoquestionamento, em algumas áreas, como os resultados académicos, mas com uma dinâmica avaliativa ainda muito precária. O Agrupamento procede, desde há vários anos, a uma recolha sistemática dos resultados académicos dos seus alunos, debatendo os dados apurados ao nível dos vários órgãos de gestão e estruturas de orientação educativa. Com a inclusão do Agrupamento no programa TEIP, foi criado o Gabinete de Ética, então com as funções de atendimento a alunos com problemas comportamentais. Em 2006/07 este gabinete foi também incumbido de iniciar um processo de auto-avaliação. Durante os anos lectivos de 2006/07 e 2007/08 foram preparados, aplicados e tratados inquéritos a professores, funcionários e EE sobre o funcionamento do Agrupamento, procedendo-se também a uma análise comparativa do (in)sucesso dos alunos, nesses mesmos anos, registando-se as conclusões consideradas mais pertinentes. Os resultados deste trabalho foram entregues ao CE, mas não foram suficientemente divulgados, nem reflectidos junto da comunidade educativa e, consequentemente, não tiveram o impacto desejável no planeamento, na gestão das actividades, na organização e nas práticas profissionais.

Só no presente ano lectivo foi criada uma equipa de auto-avaliação, integrando alguns elementos do anterior Gabinete de Ética, mas que ainda não iniciou verdadeiramente o processo.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Embora sem ter ainda instituído um verdadeiro processo de auto-avaliação os profissionais do Agrupamento conhecem os seus pontos fortes. Contudo não são visíveis estratégias de melhoria para poder consolidá-los. Têm igualmente conhecimento dos seus pontos fracos, identificam-nos no PE e, em teoria, têm estratégias de melhoria para tentar ultrapassá-los. No entanto, na prática, os efeitos dessas estratégias não são evidentes.

O Agrupamento tem identificado e aproveitado algumas das oportunidades que se lhe apresentam, sendo exemplo disso a entrada no programa TEIP. Da mesma forma, o Agrupamento também identifica os constrangimentos que podem comprometer o cumprimento dos seus objectivos, ligados sobretudo ao meio envolvente, mas neste caso não são evidentes estratégias de superação ou minimização do seu impacto.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas da Trafaria** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por

oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Grande aposta na vertente artística como forma de aumentar a motivação dos alunos, a sua permanência no espaço escolar e cimentar o sentimento de pertença;
- Utilização da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos da escola sede como espaço educativo por excelência, com grande procura por parte dos alunos;
- Motivação e empenho do pessoal docente e não docente, conducentes a um ambiente familiar e de proximidade, facilitador das relações interpessoais;
- Liderança, disponibilidade e colaboração de todos os órgãos de gestão e estruturas intermédias.

Pontos fracos

- Baixas taxas de sucesso académico que traduzem um fraco desempenho escolar dos alunos;
- Reduzida eficácia dos apoios educativos prestados aos alunos com dificuldades de aprendizagem de carácter transitório;
- Frágil articulação ao nível da gestão curricular entre os 1.º e 2.º CEB, o que dificulta a sequencialidade das aprendizagens;
- Inexistência de um Plano de Formação para o pessoal não docente, centrado nas suas necessidades efectivas;
- Inexistência de ensino experimental no 1.º CEB, condicionando o desenvolvimento do espírito científico;
- Inexistência de um verdadeiro processo de auto-avaliação que permita, de forma sustentada, estabelecer planos de acção para a melhoria.

Oportunidades

- Estabelecimento de parcerias com entidades públicas na área da Educação Especial;
- Aproveitamento das parcerias com as entidades locais e com a Autarquia para a obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento da prática experimental no 1.º CEB.

Constrangimentos

- Estado de conservação das instalações das EB1 de Costas de Cão e n.º 2 da Trafaria.